DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA
ASSOCIAÇÃO
PT



O QUE É A REFORMA POLÍTICA RADICAL

Por que uma Constituinte Soberana

APRESENTAÇÃO

22 de julho de 2026

Publicamostrês artigos do Boletim “Sexta-Feira” do Diálogo e Ação Petista sobre pontos essenciais para uma verdadeira Reforma Política: voto proporcional, voto em lista e financiamento de campanha eleitoral. Um tema que será objeto de discussão no Encontro Nacional organizado pelos patrocinadores da Declaração à Militância em 8 de agosto.

LEIA AQUI A ÍNTEGRA DA DECLARAÇÃO

Para mudar precisa reformar pela raiz

Diz um dito popular que “pau que nasce torto não tem jeito, morre torto”.

Pois é, a Constituição de 1988 nasceu torta. Votada por um Congresso que chamar de Constituinte é fake news, ela não resolveu os problemas fundamentais da nação e, na maioria de suas decisões, não avançou quando não carimbou um retrocesso. Por exemplo, sacramentou a tutela militar sobre a nação (Artigo 142), negou a jornada de 40h e, na questão agrária, conseguiu retroagir no Estatuto da Terra, de 1964, do então ditador Castelo Branco!

Apelidada de Constituição Cidadã, ela preservou, sim, interesses dos cidadãos, mas os dos andares de cima! Dos que travam os elevadores para as camadas exploradas e oprimidas saírem do sufoco do subsolo que o atraso do nosso país as condena.

Nascida torta, a Constituição de 1988 consagrou regras já existentes desde a ditadura e criou umas coisinhas mais, que garantem aos de sempre continuarem dominando como sempre, com bisavô e bisnetos, na árvore genealógica da maioria que domina as instituições, desde 1824, na Constituição outorgada de Dom Pedro I. Instituições, quer dizer, além do Congresso Nacional, o Judiciário também é dos filhos das elites.

Representação distorcida população, ingerência do poder econômico na disputa eleitoral, fragilização dos partidos (caciques versus projetos políticos coletivos), é assim que se estabeleceu o Congresso.

Uma distorção gritante: há cinco eleições presidenciais, os candidatos do PT eleitos para governar o país, instauram-se com um presente de grego, o cavalo de Tróia, a Constituição que nasceu torta.

Nestas cinco eleições, majoritário na disputa presidencial, o PT nunca foi nem 20% dos parlamentares, mesmo juntando com a esquerda. E estamos vendo no que isso dá.

Os presidentes da Câmara e Senado, Hugo Motta e Davi Alcolumbre, detonam com suas maiorias congressuais os interesses do povo trabalhador.

Aliás, o senador Davi Alcolumbre, foi eleito pelo Amapá com 169 mil votos! Em São Paulo, elegeria um deputado estadual. Ele tem seus poderes, como presidente do Senado, sustentados não pela escolha da maioria, mas pela distorção representativa.

Senado trava o fim da escala 6x1

Este egrégio conselho, o Senado com poder revisor, é composto por senadores dos Estados da federação. É tudo igual, cada estado tem três cadeiras no Senado. Quer dizer: três para Acre, Amapá, Rondônia e Roraima (os menores colégios eleitorais). São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia (os maiores colégios eleitorais), também têm três. Nada contra o povo dos estados menores, tudo a seu favor e contra as oligarquias destes estados que se beneficiam das regras atuais.

O caso recente da trava ao fim da jornada 6x1 no Senado, coloca a instituição no centro da ribalta aos olhos dos trabalhadores. Fica a pergunta: para que Senado?

É a continuidade do Senado nobiliárquico, criado por D. Pedro I, com poder revisor para conter as demandas do populacho que podem vir da Câmara.

Este ano o aparato do Senado vai custar ao orçamento da União escandalosos R$ 6,9 bilhões para ... bloquear a vontade popular!

Há mais de uma razão para que uma reforma política vá à raiz e coloque o Senado em questão.

Nestas eleições de 2026 há um apelo do PT e demais partidos que apoiam o governo Lula, para ampliarmos a representação, no Congresso Nacional, da base de sustentação ao novo mandato de Lula que lutaremos para reeleger. Justo, vamos batalhar por eleger mais parlamentares compromissados com os interesses do povo. Mas já sabemos, o resultado, com as atuais regras, não será justo. A vida já mostrou, por cinco eleições presidenciais a distorção: Lula (ou Dilma), maioria na nação, foram minoritários no Congresso.

Vamos lutar por regras que deem à maioria o direito soberano de inscrever seus interesses. Uma reforma política radical, no caminho para uma verdadeira Constituinte Soberana (o que nunca houve no país). Como convocar a Constituinte com esse Congresso? Com a mobilização por uma pauta popular – que inclui a reforma política - no processo da luta de classes e com apoio do novo governo.

A eleição deste ano está marcada pela defesa da soberania nacional contra os ataques do governo Trump. Vamos marcá-la também pela defesa da soberania do povo em nosso país. Duas lutas que se fortalecem se encaminhadas juntas.

MISA BOITO

UM ELEITOR(A) UM VOTO: A QUESTÃO DA PROPORCIONALIDADE

LEIA ONLINE E COMPARTILHE

Publicado em: 15 de maio de 2026

Como é hoje

A Constituição determina o cálculo das cadeiras de cada Estado na Câmara dos Deputados através da divisão da população brasileira pela quantidade de cadeiras da Câmara (513). Uma lei complementar (LCP 78/93) estabelece que cada estado deve ter no mínimo 8 e no máximo 70 deputados.

Uma proporção desproporcional

O sistema representativo deformado, reforçado na Constituição de 1988 que transformou territórios em Estados, leva ao domínio dos latifundiários no Congresso. Nas tabelas abaixo mostramos um exemplo da distribuição entre a população dos menores e maiores Estados e a ocupação das cadeiras na Câmara.

3 MENORES ESTADOS DO BRASIL

ESTADO	POPULAÇÃO	% BRASIL	CADEIRAS NA·CÂMARA	% OCUPAÇÃO
ACRE	884.4 mil	0,4%	8	1,6%
AMAPÁ	806.5 mil	0,4%	8	1,8%
AMAPÁ	738.8 mil	0,3%	8	1,6%
TOTAL	**2.4 milhões**	**1%**	**24**	**4,9%**

3 MAIORES ESTADOS DO BRASIL

ESTADO	POPULAÇÃO	% BRASIL	CADEIRAS NA·CÂMARA	% OCUPAÇÃO
SÃO PAULO	46,1 milhões	21,6%	70	14%
MINAS GERAIS	21,4 milhões	10%	53	10%
BAHIA	14,9 milhões	7%	39	7,6%
TOTAL	**82.4 milhões**	**38,6%**	**162**	**31,6%**

A desproporcionalidade é absurda, o voto de um eleitor de Roraima (400 mil votantes) equivale a 10 vezes mais do que o de um eleitor de São Paulo para eleger um deputado federal. O voto de um eleitor do Amapá (menos de 600 mil votantes) equivale a quase 7 vezes mais do que o eleitor de São Paulo para eleger um deputado federal.

É um padrão que se repete em favor de outros estados agrários criando uma sub-representação dos grandes centros urbanos e, portanto, da classe trabalhadora. Daí é que vem a vultosa bancada ruralista e o domínio dos coronéis no Congresso.

Nada é tão ruim que não possa piorar

Um Projeto de Lei (PLP 177/23) aprovado em tempo recorde pelo Congresso Inimigo do Povo, prevê a ampliação das atuais 513 para 531 cadeiras na casa.

A mudança é fruto de uma decisão do STF para a Câmara atualizar a quantidade de deputados de acordo com o Censo de 2022, o que acentuaria ainda mais as distorções de 1993.

O projeto foi vetado pelo presidente Lula, o Congresso ainda não analisou o veto, mas a reação popular colocou o PLP por enquanto na gaveta.

Reforma política radical

Esse congresso não nos representa. A forma que ele foi concebido privilegia as oligarquias (e agora, até o crime organizado). Conquistar novos parlamentares alinhados com a classe trabalhadora, apesar de importante, não resolve o problema, não muda as regras do jogo.

Defendemos uma reforma política onde, de fato, 1 eleitor (a) valha 1 voto, mudando as regras de distribuição das cadeiras na Câmara, mexendo nas regras mínimas e máximas e garantindo a participação dos Estados menores. Afinal, o Brasil é seu povo, os Estados são unidades administrativas, têm suas Assembleias Legislativas. Esse sistema político já deu, por aí não vai mudar a relação de forças. Como diz a Declaração "O Brasil precisa de uma reforma radical nas instituições. O PT deve se qualificar nas eleições como o genuíno partido antissistema na luta por uma Reforma Política – com o financiamento público exclusivo, o voto em lista partidária pré-ordenada e a proporcionalidade direta (um eleitor, um voto). Sim, é uma ruptura pela via democrática que queremos."

PH, militante do PT-AL

VOTO EM LISTA PARA ROMPER COM A PERSONALIZAÇÃO DA POLÍTICA

LEIA ONLINE E COMPARTILHE

Publicado em: 5 de junho de 2026

Hoje, nas eleições das Câmaras Legislativas, é adotado o sistema proporcional de lista aberta. Nele, prevalece o voto na pessoa do candidato e não em um programa. O partido vira acessório na disputa onde candidatos escolhem ou trocam de sigla, muitas vezes por cálculos visando ao fundo eleitoral, e não um projeto político.

As cadeiras conquistadas pelos partidos são, então, distribuídas entre seus candidatos mais votados que, via de regra são os que já têm mandatos ou seus parentes, radialistas, delegados etc., todos eles que fazem acordos com empresários contra os trabalhadores, com o agronegócio para barrar a reforma agrária, com crime organizado e agora as bets, para se financiar por cima do fundo eleitoral "normal".

Um sistema personalístico

A forma de funcionamento da regra atual obriga candidatos(as) do mesmo partido a disputarem entre si os votos e, portanto, onde cada um gasta milhões para se eleger. Soma-se a isto, o espectro dos influencers e celebridades que ronda a política brasileira, e se lançam candidatos(as) para dar maior visibilidade para as campanhas majoritárias (prefeitos, governadores, presidente) sem compromisso com uma base social.

O voto em lista

Em contraposição à lista aberta, a Declaração defende o sistema de lista fechada pré-ordenada. Variações dele são adotadas em vários países, inclusive na América Latina.

O voto em lista inverte a lógica, focando mais no projeto político do partido, delegando aos eleitos a tarefa de defender esse projeto. Funciona assim:

1. O partido discute um projeto político eleitoral;
2. A base é convocada para construir uma lista nominal, pré-ordenada de filiados(as);
3. No processo eleitoral, o partido discutirá com o povo o seu programa eleitoral;

4 No dia da eleição, os(as) eleitores(as) votam nos partidos (ou frentes);
5 Após a apuração, as cadeiras serão preenchidas conforme a votação de cada sigla na ordem dos candidatos pré-estabelecida.

Fortalecimento dos partidos

Nesta proposta o partido ganha mais relevância. Ele passará a ter um controle do mandato que estará sujeito às discussões com os(as) filiados(as). Ao contrário do que acontece hoje, onde o(a) parlamentar se emancipa e toma para si o mandato.

O atual sistema está esgotado. Uma reforma que não seja radical, que não vá à raiz, tende a cair no fosso entre o povo e os eleitos. Precisamos de fato incluir os partidos como instrumentos da verdadeira democracia representativa. Os empresários, que são contra mudar as atuais regras, temem o poder do voto do povo trabalhador organizado em seus partidos. Eles são os primeiros a atacar os partidos, mas nas eleições se esforçam para eleger candidatos dos partidos que convém.

Historicamente, o PT é prejudicado por esse sistema pessoal que fragmenta a representação num cartel individualizado, o que renega qualquer projeto socialista.

PH, militante do PT-AL

FINANCIAMENTO DE PARTIDOS E PARLAMENTARES, UM SACO SEM FUNDO!

LEIA ONLINE E COMPARTILHE

Publicado em: 19 de junho de 2026

Parte do orçamento público é destinada à sustentação dos partidos de várias formas. É o que abordamos no terceiro artigo sobre a necessidade de uma reforma política radical.

Fundo Partidário

O Fundo foi instituído em 1965, na ditadura de Castelo Branco.

Ora, quem deve sustentar a vida dos partidos? Os que a ele aderem por concordar com suas propostas. Assim deveria ser, mas não é. Os partidos são sustentados por dotações orçamentárias da União e seu efeito é moldá-los para atrair cifrões. Deixando de lado os partidos que se criam para amealhar dinheiro, a "corrida ao fundo" passa a nortear os partidos. Partido da burguesia sentem-se em casa, mas não o povo que nunca foi consultado a respeito.

O PT consolidou-se pelo compromisso militante, portanto, financeiro, de seus aderentes. Na fase heroica, fazendo jus à frase de Lula em 1979 "Que ninguém, nunca mais, ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores!", a militância construiu o partido por suas próprias mãos. Contribuição dos militantes, estrelinhas à venda, feijoadas rifas, festas e cotas de parlamentares, sem Fundo Partidário, portanto, sem atrelamento ao Estado. Na década de 1990, o PT passou a receber o Fundo Partidário. Os iniciadores do Diálogo e Ação Petista e outros companheiros, à época nos posicionamos contra.

O Fundo prevê que 95% da verba é calculada de acordo com o número de deputados federais eleitos. O valor de mercado de cada deputado sobe…

Em 2025, o Fundo foi de R$ 1 bilhão! Valor que permitiria construir cerca de 5000 casas populares.

Uma Reforma Política deve acabar com o Fundo Partidário que tira recursos do orçamento para o povo, atrela os partidos e os coloca sob "fiscalização" de organismos do Estado que são parciais – basta ver o histórico das multas ao PT em relação a outros partidos.

Fundo eleitoral: financiamento exclusivo

Numa disputa eleitoral é correto um fundo dar aos eleitores a condição de conhecer os candidatos e aos partidos condições de se apresentar (tempo

de Rádio e TV, por exemplo).

O Fundo Eleitoral foi instituído em 2017, após sucessivos escândalos levarem o STF (Supremo Tribunal Federal) a proibir a doação de empresas. Proibiu, "pero no mucho". Pessoas jurídicas não podem contribuir, o banco Master não pode. Mas seu dono, Vorcaro pode, no limite de 10% do rendimento anual como pessoa física. Nas eleições de 2022, Vorcaro agraciou Tarcísio de Freitas com dois milhões e Jair Bolsonaro com três milhões!

Neste ano de 2026, cinco bilhões de reais foram destinados ao Fundo Eleitoral, todos partidos foram contemplados – dos maiores (PL com 800 milhões, PT com 600 milhões) até os menores (PCO, PSTU, PCB e UP, com 3,3 milhões cada um).

O financiamento eleitoral dever ser público mas exclusivo. Nada de financiamento privado, que é onde opera o que tem de pior na política.

E se não bastasse, tem as emendas

Instauradas na Constituição de 1988, as emendas parlamentares foram crescendo e sequestraram para a Câmara Federal volumosa parte do orçamento da União, para contemplar interesses clientelísticos. E virou prática corriqueira, nas Assembleias Legislativas e 60% das Câmaras Municipais. Assim, os orçamentos, ao invés de pautarem-se por planejamento dos executivos para o desenvolvimento e as demandas populares, viram colcha de retalho de interesses paroquiais. No Orçamento da União de 2026 foi destinado 61 bilhões para os deputados federais fazerem suas inaugurações.

Uma Reforma Política e uma Constituinte Soberana é que podem dar um fim à esta gangrena da representação.

Uma "Declaração às Militância" chama um encontro nacional – a proposta é em 8 de agosto em São Paulo – para discutir esta e outras questões, buscando organizar um movimento por uma Assembleia Nacional Constituinte que dê ao povo o direito soberano que, no Brasil, nunca teve, de ordenar as instituições conforme ao seu interesse.

Vamos juntos?

MISA BOITO, membro do Comitê Nacional do DAP

DECLARAÇÃO À MILITÂNCIA
O Brasil precisa de uma Reforma Política Radical!

FAÇA AQUI SUA ADESÃO

Companheiras e companheiros,

Numa situação mundial caótica, e intranquila no país, queremos ser claros e diretos sem palavrório cansativo.

Os povos em todo o mundo já sofrem as consequências da escalada de guerras dos EUA e de Israel, agora contra o Irã e o Líbano como foi com Gaza, além da guerra na Ucrânia e no Sudão. O preço dos combustíveis sobe, escasseiam fertilizantes e componentes, aumenta o custo de vida. O fardo em termos de milhões deslocados, feridos e mortos, é lançado nas costas dos trabalhadores, inclusive nos EUA, enquanto um punhado de bilionários acumula fortunas ainda mais fabulosas, como acontece no Brasil. É preciso dizê-lo sem meios termos.

Trump quer mostrar que pode fazer o que quiser. Mas o fato é que o imperialismo em crise tenta manter militarmente sua hegemonia. Internamente está dilacerado pelo ascenso de lutas contra as suas políticas. Milhões saem às ruas no "No Kings" (Sem Reis), contra a guerra, contra os cortes, e protestam contra a caçada desumana de imigrantes pelo ICE (polícia migratória).

O Brasil não está à parte deste tumulto, não é viável um "equilíbrio". O imperialismo quer acabar com a soberania nacional no continente, por isso sequestrou o presidente Maduro, bloqueia Cuba, e busca pressionar o Brasil, o México e a Colômbia, a se alinharem à sua pauta, com a entrega de riquezas naturais e a competição com a China.

Há três meses, Trump juntou 12 chefes de estado e 17 comandantes militares num pretenso "Escudo das Américas", sem convidar os governos progressistas. O governo Trump exortou os generais a não dar bola às leis para combater a migração em massa e o "narcoterrorismo".

É preciso encarar essas ameaças defendendo a soberania nacional com base numa pauta popular e mobilizadora, sem temer a oposição das oligarquias. Apoio do povo não faltará.

Mundo afora, os trabalhadores e a juventude rejeitam a política de Trump que respalda a extrema-direita. Ela não é imbatível, a começar nos próprios Estados Unidos. O PT tem lado, é o da solidariedade internacional com os trabalhadores e os povos do mundo, que é de onde pode emergir a força capaz de resistir e reverter a marcha à barbárie que este sistema arrasta a humanidade. Não há outro caminho.

Companheiras e companheiros,

Esse cenário é desafiador para a reeleição de Lula e a eleição dos candidatos do PT em outubro.

Trump chantageia o país com alucinadas tarifas de importação, e agora enquadrou o PCC e CV como narcoterroristas na estratégia de intervenção, apregoada pelos bolsonaristas.

A extrema-direita pretende atrair os votos explorando um sentimento de frustração que existe em setores populares.

Os governos do PT, sem dúvida, foram os melhores da nossa história. Mas a desigualdade social segue abissal: o 1% mais rico tem 37% da renda nacional e os 50% mais pobres só tem 9%!!!

Isso porque não foi cortado o nó górdio do sistema que se assenta sobretudo no agronegócio, na mineração exportadora e no capital financeiro da Faria Lima. São eles que comandam o show no Congresso Nacional, amparados nos privilégios do judiciário, sob a sombra da tutela militar (Artigo 142).

Nos últimos anos, foram retomados os programas sociais mutilados por Bolsonaro e criaram-se novos, como o Pé-de-meia. A elevação do piso do Imposto de Renda foi um começo, mas é preciso avançar para a taxação de 40% sobre os mais ricos, extinta pela Ditadura Militar.

Houve certo crescimento econômico e queda do desemprego, mas grande parcela da população não sente melhora substancial em suas vidas. O salário não alcança os preços nos supermercados e nos alugueis, vitais para as camadas populares. Os jovens só conseguem empregos com baixos salários e desregulamentados. Daí o avanço do movimento pelo Fim da Escala 6×1, com redução de jornada e sem redução de salário.

Lula é que deve ser o candidato antisistema, o sistema do 6×1, o sistema onde os super-ricos que superexploram não pagam impostos, e o agronegócio faz as leis. O PT nasceu socialista. Mas não pode ser socialista em dias de festa, e celebrar PPPs e OSs no resto do ano.

Companheiros e companheiras,

O PT foi criado há 46 anos, como afirma o seu Manifesto de Fundação, do sentimento dos trabalhadores "já cansados de servir de massa de manobra para os políticos comprometidos com a ordem". O PT nasceu contra esse sistema e não pode ir "para a vala comum da política deste país", como disse o presidente Lula no aniversário do PT.

O sistema político está podre, as instituições da República estão em crise. O Congresso Nacional bloqueia as pautas populares e chantageia o governo. O orçamento público foi sequestrado pelas emendas parlamentares impositivas, que são o contrário do planejamento democrático. Elas aprofundaram a prevalência do poder econômico nas eleições, drenaram os recursos para investimento do governo, e sua lógica clientelista corrupta é replicada nas Assembleias e Câmaras.

Essas emendas de R$ 60 bilhões, com o enorme Fundo Eleitoral de R$ 5 bilhões, são expedientes antidemocráticos que distorcem e oligarquizam a representação, inclusive o nosso partido.

O PT deve, sem hesitar, abraçar uma plataforma antissistema, e nesse caminho

desobstruir seus canais e resgatar a si próprio. O PT deve apresentar uma alternativa à bagunça dos conflitos de poderes institucionais que o país vive, e não ser parte dela.

As reformas populares não podem mais continuar sendo adiadas. O PT deve apresentar a pauta popular para constituir alianças em defesa da Soberania Nacional frente ao imperialismo. Ela inclui a reversão de privatizações da Eletrobrás e do sistema Petrobras (BR Distribuidora, refinarias, fertilizantes), as reformas no judiciário, no exército, a revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária; inclui libertar a economia do arcabouço fiscal derrubando os juros que comem R$ 1 trilhão por ano; o Imposto sobre Grandes Fortunas (patrimônio e renda), e triplicar o salário mínimo no próximo mandato, em direção ao nível do Dieese; inclui a ajuda humanitária a Cuba, inclusive com petróleo, e a ruptura de relações com Israel.

Nós vamos fazer a maior campanha eleitoral para Lula e os candidatos do PT, dentro das regras atuais. Mas com essas regras eleitorais é muito difícil mudar significativamente a relação de forças no Congresso. E não vai ser colando figurinhas carimbadas do Centrão, que fecharemos o álbum do bloco das mudanças tão esperadas pelo povo.

O Brasil precisa de uma reforma radical nas instituições que deve ser um tema chave nas eleições. É assim que o PT se qualificará como genuíno partido antissistema, propondo a luta por uma Reforma política radical que institua, pelo menos, o financiamento público exclusivo de campanha, o voto em lista partidária pré-ordenada (gênero, raça e etnia) e a revisão da desproporcionalidade da representação estadual. Essa plataforma será discutida e desenvolvida com os aliados que encontraremos nos movimentos populares, em associações, outras forças políticas, sociais e na opinião pública progressista.

Sim, é uma ruptura pela via democrática o que queremos. Queremos contribuir para um movimento por uma Constituinte Soberana, que faça as transformações sociais e econômicas profundas que o Brasil precisa. Não se trata de repetir o Congresso Constituinte de 1988.

Desde já, lançamos a ideia deste movimento em reuniões e intercâmbios, para um Encontro Nacional por Reforma Política e Assembleia Constituinte Soberana, em 8 de agosto.

Companheiros e companheiras,

É hora de reunir as forças para a dura batalha que temos pela frente. Vamos juntos lutar pela reeleição de Lula e pela eleição de nossos candidatos, pelo fim da escala 6×1 e para abrir a perspectiva das necessárias transformações sociais que a maioria oprimida da nação há tanto tempo espera.

Nessa batalha nos encontraremos com toda a militância.

Edição de 20 de junho